

BOLETIM SINDICAL

GESTÃO ADUENF AUTÔNOMA E DE LUTA



ANO 5 – NÚMERO 30 – 07/07/25



Acima, docentes e familiares participam da Feijoada do Trabalhador. Abaixo, o banner da campanha "Docentes pelo PCV" e a Diretoria da Gestão ADUENF Autônoma e de Luta

CONFRATERNIZAÇÃO, UNIÃO E LUTAS

Feijoada do Trabalhador reúne docentes e lança campanha pelo PCV

Seguindo uma tradição já consolidada no calendário da ADUENF, a Feijoada do Trabalhador, realizada no 1º de maio, reuniu docentes da UENF e seus familiares. O evento reafirmou o compromisso da categoria com a valorização profissional e os direitos de todos os servidores da universidade.

A feijoada também marcou o lançamento da campanha "Docentes pelo PCV Já!", com a distribuição de adesivos e diálogo franco sobre a importância da unidade em torno da aprovação do novo PCV.

Somente com organização, participação ativa e união entre os colegas de universidade que será possível transformar antigas promessas em conquistas concretas. A luta por melhores condições de trabalho, recomposição salarial e valorização profissional não pertence a um grupo isolado — é uma causa coletiva. E cada gesto de apoio fortalece a caminhada por uma UENF mais justa, democrática e respeitosa com seus servidores. Porque nenhuma conquista se faz sozinha.

E O NOVO PCV, QUE É BOM...

Segundo a reitora Rosana Rodrigues, o projeto já está nas mãos do governador. O que falta, então, para que seja enviado à ALERJ?

Entre a expectativa e a realidade, existe um abismo. E a “via crucis” do Plano de Cargos e Vencimentos (PCV) dos servidores da UENF leva a essa afirmação. Mais de dois anos depois de aprovado no CONSUNI, o documento que corrigirá distorções salariais históricas na universidade continua engavetado.

Depois de descobrir que o Processo SEI referente ao plano se encontrava na própria UENF, a Diretoria da ADUENF solicitou esclarecimentos à reitora, Rosana Rodrigues, via ofício. Como resposta, foi convidada para uma reunião, da qual também participaram representantes do Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais do Rio de Janeiro (SINTUPERJ).

Segundo a reitora, o processo foi entregue em mãos ao então governador em exercício, Rodrigo Bacellar, presidente da ALERJ, mas permanece parado.

O que falta para que o novo PCV seja encaminhado à ALERJ? Falta vontade política do governador?

Falta um “momento político” mais oportuno? Vale lembrar que o governador Cláudio Castro escolheu 2022 — ano de eleição — para conceder aos servidores estaduais a primeira das três parcelas da recomposição salarial aprovada pela ALERJ e transformada em lei em 2021. Depois de reeleito, deu calote nas parcelas programadas para 2023 e 2024.

Como escreveu o compositor Geraldo Vandré: “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”.

Diante da inércia, a ADUENF negocia com o presidente da Comissão de Servidores da ALERJ, deputado Flávio Serafini, a realização de uma Audiência Pública para debater o assunto.

Também trabalha pela adesão do Estado do Rio de Janeiro ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (PROPAG), que substituirá o Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Graças a um trabalho conjunto da ADUENF, ANDES-SN e Associação dos Docentes da UERJ (ASDUERJ), com diversas reuniões no Rio e em Brasília, foram incluídas no projeto do PROPAG duas emendas que garantem a inclusão de “Ciência e Tecnologia” e “Universidades Estaduais” como investimentos dos estados no âmbito do novo programa. Nestas emendas, encontram-se as melhores chances para a votação do PCV e concessão da recomposição salarial.

Ajudar na construção do projeto do PROPAG que o estado do Rio adotará exigirá de todas as categorias envolvidas um amplo trabalho junto ao Governo do Estado e aos deputados estaduais. Não estão descartados atos públicos e paralisações. Pois, como mostra o histórico de movimentos da classe trabalhista, não há conquista sem luta.



Reunião da reitora Rosana Rodrigues com representantes da ADUENF e do SINTUPERJ para debater o Plano de Cargos e Vencimentos (PCV) dos Servidores da UENF

PODER DE POLÍCIA NA UENF

O que está por trás da criação da Unidade de Corregedoria Setorial?

É espantosa (para dizer o mínimo) a forma como a reitora Rosana Rodrigues criou, via portaria e sem consulta à comunidade acadêmica, a Unidade de Corregedoria Setorial na UENF e nomeou para comandá-la um policial — que nem ao menos faz parte da UENF.

É claro que a criação da corregedoria tem respaldo legal. Mas transformar a UENF em um ambiente onde paira a sombra da vigilância soa como um retrocesso. Afinal, não é todo dia que se vê uma universidade estadual, pública e autônoma convidar um agente do Estado para “corrigir” seus servidores.

A nomeação tem um simbolismo perigoso, num momento em que vários estados do Brasil tentam substituir a lógica educacional pela lógica policial. Diante disso, a ADUENF propõe as seguintes medidas:

- 1 - Levar a discussão ao CONSUNI, onde decisões assim deveriam começar;
- 2 - Abrir o debate com a comunidade docente — porque ninguém na UENF precisa ser vigiado, mas sim ouvido;
- 3 - Construir coletivamente uma posição com base em princípios acadêmicos;

4 - Pedir que a Reitoria explique por que escolheu um policial para um cargo na estrutura universitária e quais suas funções;

5 - Promover rodas de conversa, seminários, cartas abertas — enfim, tudo que se faz em ambientes onde a crítica ainda é bem-vinda;

6 - Dialogar com toda a universidade sobre o que está em jogo: liberdade, segurança, autonomia e o próprio espírito da UENF.

A UENF foi sonhada por Darcy Ribeiro como um espaço de saber, não de suspeita.

A ADUENF segue firme, defendendo uma universidade livre, plural e sem tornazeleira eletrônica institucional.



FORTALECENDO A LUTA DAS ESTADUAIS

No dia 23 de junho, o presidente da ADUENF, professor Ricardo Nóbrega, participou de uma reunião no Rio de Janeiro com o presidente da Comissão de Servidores da ALERJ, deputado Flávio Serafini, e com representantes do ANDES-SN e da Associação dos Docentes da UERJ (ASDUERJ). A pauta incluiu o fortalecimento das lutas sindicais do ANDES-SN no estado do Rio, o novo PCV dos servidores da UENF, a recomposição salarial dos servidores do Executivo estadual e os impactos do PROPAG no ensino superior.

ADUENF IMPLANTA

PROTOCOLO ANTI-ASSÉDIO

Após uma visita da Diretoria Nacional do ANDES-SN à UENF e uma reunião com a reitora da universidade, Rosana Rodrigues, a Diretoria da ADUENF decidiu implementar seu Protocolo Anti-assédio, reafirmando o compromisso da Associação com o enfrentamento de todas as formas de assédio — institucional, moral ou sexual — no ambiente universitário. O documento está em consonância com a política anti-assédio adotada pelo ANDES-SN em todo o Brasil.

A Secretaria da ADUENF receberá denúncias e a Diretoria da associação acionará os canais institucionais competentes, cobrando a devida apuração dos casos comunicados dentro dos trâmites administrativos previstos.

Além disso, no segundo semestre, serão promovidas ações de formação e conscientização, com base em materiais informativos disponibilizados pelo ANDES-SN, como parte da estratégia de combate ao assédio.

NÃO SE CALE, DENUCIE OS CASOS DE ASSÉDIO

Denúncias de assédio sexual, moral e institucional na UENF devem ser encaminhadas por e-mail:

antiassedio.aduenf@gmail.com.

JUSTIÇA OU PERSEGUIÇÃO?

ADUENF e ANDES-SN pedem arquivamento de processo contra docente

A Inquisição marcou um dos momentos mais sombrios da humanidade. Uma simples denúncia, mesmo sem provas, bastava para que uma pessoa fosse presa, torturada e condenada à fogueira. Recorremos a esta ilustração para abordar um tema sensível: a suspensão recente da professora Luciane Soares da Silva, do CCH. A docente foi acusada de afixar cartazes nas dependências da universidade com denúncias de um suposto assédio sexual cometido por um professor. Duas sindicâncias foram abertas pela universidade para investigar o caso. Ambas apresentaram resultado inconclusivo. Ainda assim, a docente foi punida com 30 dias de suspensão. O episódio foi denunciado ao ANDES-SN, que agendou uma reunião com a reitora da UENF, Rosana Rodrigues. O Sindicato Nacional pediu o arquivamento do processo e a devolução do salário da professora, por entender que, além da falta de provas, as sindicâncias tiveram vários vícios.

“Mais uma reitoria utiliza instrumentos administrativos para perseguir docentes militantes do movimento sindical. A Comissão de Enfrentamento à Criminalização e Perseguição Política do Sindicato Nacional foi acionada pela ADUENF para acolher a professora Luciane, que está sendo vítima de perseguição política”, disse a 1ª vice-presidenta do ANDES-SN, Raquel Dias Araújo.

O presidente da ADUENF, professor Ricardo Nóbrega, também defendeu o arquivamento do processo contra Luciane, pelos problemas ocorridos durante sua condução. “Houve vícios de procedimento, como o ataque à presunção de inocência e outras falhas que geraram um processo com pré-definição do resultado desde o começo”. A ADUENF defende que, em nenhuma hipótese, sindicâncias internas sejam tratadas como instrumento de perseguição. Porque a Inquisição já ficou no passado.